



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Campus Palmares/Campus Palmares/Gabinete da Direção-Geral

PORTARIA CPMR/IFPE Nº 155, DE 10 DE ABRIL DE 2024

Autoriza a publicação do Edital CPMR/IFPE Nº 5, de 10 de abril de 2024, do Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Professor Substituto do *Campus* Palmares.

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PALMARES, INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, nomeado pela Portaria nº 504/2021-GR, de 14/06/2021, publicada no D.O.U. em 15/06/2021, em conformidade com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a publicação do Edital CPMR/IFPE Nº 5, de 10 de abril de 2024, que torna público o Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Professor Substituto do *Campus* Palmares, nos termos do Anexo I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIOGO LOPES DA SILVA

ANEXO I

EDITAL CPMR/IFPE Nº 05/2024, de 10 de abril de 2024

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO DO CAMPUS PALMARES

1. DAS VAGAS

1.1. Será ofertada 1 (uma) vaga de Professor Substituto da carreira de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, com características específicas de *Campus* de lotação, área do conhecimento, disciplinas, requisitos mínimos e regime de trabalho, conforme o QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS a seguir:

UNIDADE: CAMPUS PALMARES

Área do Conhecimento	Disciplina(s)	Titulação Exigida	Regime de Trabalho	Código/ Opção	N° de vagas*	
					VCG*	PCD#
Ciência da Computação	Introdução a computação; Gerenciamento de configuração; Projeto integrador; Arquitetura e organização de computadores; Algoritmos e Linguagens de Programação; Sistemas operacionais; Segurança da informação; Legislação em informática; Sistemas embarcados.	Licenciatura em Computação ou Graduação em Ciência da Computação ou em Sistemas de Informação ou em Análise de Sistemas ou em Análise e Desenvolvimento de Software ou em Engenharia de Software ou em Sistemas para Internet ou em Informática ou em Computação ou em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas + Pós-Graduação (lato sensu ou stricto sensu) na área*.	40 horas semanais	101	1	-

* VCG - Vaga de concorrência geral.

PCD - Vaga destinada a pessoas com deficiência.

** Considerar-se-á a tabela de áreas de conhecimento da CAPES disponível em <http://lattes.cnpq.br/documents/11871/24930/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf/d192ff6b-3e0a-4074-a74d-c280521bd5f7>.

1.2. São atribuições do Professor Substituto as relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, no que couber e observados os regulamentos internos do IFPE.

2. DA REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E OUTROS BENEFÍCIOS

2.1. A remuneração será feita de forma isonômica à remuneração da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, que trata a Lei nº 12.772/2012, correspondendo à Classe Inicial DI, nível 01, sendo composta de Vencimento Básico e, se for o caso, Retribuição por Titulação, de acordo com a titulação apresentada no ato da contratação, conforme o quadro a seguir:

2.1.1. Para regime de trabalho de 20 horas semanais:

Titulação	Vencimento Básico (R\$)	Retribuição por Titulação (R\$)	Remuneração Total (R\$)
Graduação	2.437,59	-	2.437,59

Aperfeiçoamento	2.437,59	121,88	2.559,47
Especialização	2.437,59	243,76	2.681,35
Mestrado	2.437,59	609,40	3.046,99
Doutorado	2.437,59	1.401,62	3.839,21

2.1.2. Para regime de trabalho de 40 horas semanais:

Titulação	Vencimento Básico (R\$)	Retribuição por Titulação (R\$)	Remuneração Total (R\$)
Graduação	3.412,63	-	3.412,63
Aperfeiçoamento	3.412,63	255,94	3.668,57
Especialização	3.412,63	511,90	3.924,53
Mestrado	3.412,63	1.279,74	4.692,37
Doutorado	3.412,63	2.943,39	6.356,02

2.2. O Professor Substituto perceberá Auxílio-Alimentação conforme regime de trabalho.

2.3. O professor substituto poderá requerer Auxílio-Transporte destinado ao custeio parcial de despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual nos deslocamentos de sua residência para os locais de trabalho e vice-versa.

3. DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

3.1. Em atenção ao Princípio da Razoabilidade, do total de vagas ofertadas no item 1.1, 5 % (cinco por cento) serão providas por pessoas com deficiência, na forma do parágrafo 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/90 e do Decreto nº 9.508/2018.

3.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

3.3. Para cada área do conhecimento constante no item 1.1. onde há reserva de vaga para pessoas com deficiência (PCD), o candidato com deficiência que obtiver a maior nota final, nos termos do item 9.2, ocupará a vaga PCD conforme código opção inscrito no certame.

3.4. A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo, a primeira, a classificação de todos os candidatos, inclusive as pessoas com deficiência, e a segunda, somente a classificação destes últimos.

3.4.1. A quantidade de candidatos homologados nas duas listas obedecerá ao determinado no Anexo II do Decreto nº 9.739/2019.

3.5. Caso haja convocações além do número de vagas originalmente previstas em edital, o percentual de reserva para pessoas com deficiência será aplicado sobre o total de vagas providas, abrangendo o número total das convocações e não apenas o número de vagas a serem providas em cada convocação em separado.

3.6. A convocação, quando da contratação de candidatos, obedecerá à ordem de classificação no processo seletivo e será realizada de forma alternada e proporcional.

3.7. Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/99, e suas alterações posteriores.

3.8. O candidato com deficiência deverá declarar sua condição no ato da inscrição.

3.8.1. O candidato que não declarar sua condição de deficiente no ato da inscrição perderá o direito de concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência.

3.9. A pessoa com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto nº 9.508/2018, participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação da prova prática, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.10. Se convocado, o candidato deverá submeter-se à perícia médica promovida por Junta Médica Oficial, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência, ou não, e seu respectivo grau, com a finalidade de verificar se a deficiência da qual é acometido realmente o habilita a ocupar as vagas reservadas para candidatos em tais condições.

3.10.1. O não comparecimento à convocação supramencionada acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.10.2. O candidato deverá comparecer à Junta Médica Oficial munido de laudo médico que ateste o tipo de deficiência em que se enquadra, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).

3.10.3. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.11. As vagas definidas no subitem 1.1 que não forem providas por falta de candidatos com deficiência, por reprovação no processo seletivo ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação por cargo.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições para o Processo Seletivo Simplificado serão realizadas entre os dias 22 de abril e 02 de maio de 2024, exclusivamente via Internet, por meio do preenchimento do formulário Google (<https://forms.gle/PbH2njdM9d5ABksk7>) disponibilizado no site do IFPE (<https://portal.ifpe.edu.br/Palmares/>).

4.1.1. Em caso de falha ou falta de comunicação relacionada a provedores externos, o IFPE estará isento de responsabilidade.

4.1.2. Informações sobre o Processo Seletivo Simplificado estarão disponíveis no sítio do IFPE (<https://portal.ifpe.edu.br/palmares/>).

4.2. Para proceder à sua inscrição no concurso, o candidato deverá:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado e estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

II - satisfazer todas as condições do presente Edital, anulando-se todos os atos decorrentes de inscrição efetuada em desacordo com as presentes normas;

III - preencher formulário de requerimento de inscrição por meio do sítio do IFPE

(<https://portal.ifpe.edu.br/palmares/>); e

IV - emitir e efetuar recolhimento da taxa de inscrição no valor de R\$90,00 (noventa reais), através de Guia de Recolhimento da União (GRU), a ser paga em qualquer agência do Banco do Brasil até o dia 03/05/2024.

4.3. Serão permitidas alterações de dados que compõem o formulário de requerimento de inscrição até 02/05/2024.

4.4. Somente serão aceitas inscrições realizadas até o dia 02/05/2024 e cujo recolhimento da taxa seja feito até o dia 03/05/2024.

4.4.1. Não serão aceitos comprovantes de agendamento de pagamento.

4.5. A taxa de inscrição, uma vez paga, não será restituída em hipótese alguma.

4.6. Poderá requerer isenção da taxa de inscrição o candidato que, cumulativamente:

I- comprove inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e

II - for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

4.7. Para solicitar a isenção de pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá, no período entre 22 a 24 de abril de 2024, realizá-la exclusivamente via Internet, por meio do formulário de inscrição.

4.8. As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este, a qualquer momento, se agir de má fé, utilizando-se de declaração falsa, estar sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no Parágrafo Único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979, sendo também eliminado do Processo Seletivo e responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais.

4.8.1. Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com intuito de usufruir da isenção de que trata o art. 1º do Decreto nº 6.593/2008 estará sujeito a:

a) cancelamento da inscrição e exclusão do Processo Seletivo, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

b) exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após homologação do resultado e antes da assinatura do contrato;

c) declaração de nulidade do ato de assinatura do contrato, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

4.9. O IFPE consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

4.10. Para todos os candidatos será validada apenas a última inscrição, não sendo possível a inscrição em mais de 1 (um) Código Opção.

4.11. O resultado da solicitação de isenção será divulgado no sítio do IFPE (<https://portal.ifpe.edu.br/palmares/>) no dia 26/04/2024, de modo a possibilitar, no caso de indeferimento, a inscrição do candidato por meio de recolhimento da taxa de inscrição.

4.12. Será facultado ao candidato apresentar um único recurso quanto ao indeferimento da solicitação de isenção, devidamente fundamentado.

4.12.1. O recurso deverá ser interposto até as 23h59min do dia subsequente ao da divulgação do resultado da solicitação de isenção, através do e-mail: pss2024@palmares.ifpe.edu.br.

4.13. O resultado dos recursos será divulgado na data provável de 29/04/2024, no endereço <https://portal.ifpe.edu.br/palmares/>

4.14. O candidato que necessitar de condições especiais para realizar a prova prática deverá apresentar junto com sua inscrição a solicitação com atestado médico, descrevendo a sua necessidade e

especificando o tipo de atendimento que a instituição deverá dispensar no local da prova, para garantir sua participação no processo seletivo simplificado.

5. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

5.1. São requisitos para contratação como professor substituto:

I - nacionalidade brasileira;

II - gozo dos direitos políticos;

III - quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - nível de escolaridade e habilitação profissional exigidos para o exercício do cargo;

V - idade mínima de 18 anos;

VI - aptidão física e mental, comprovada através de perícia realizada pelo serviço médico do IFPE;

VII - não ser ocupante de cargo efetivo integrante das carreiras de magistério das instituições federais de ensino, nos termos do inciso I, parágrafo 1º, art. 6º da Lei nº 8.745/1993; e

VIII - ter decorrido mais de 24 meses do encerramento de contrato anterior com a Administração Pública Federal, nos termos do inciso III, do Artigo 9º, da Lei nº 8.745/1993, se for o caso.

5.2. A não apresentação dos comprovantes exigidos no item 5.1 implicará o não aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no processo seletivo simplificado.

6. DA ESTRUTURA DO PROCESSO SELETIVO

6.1. O Processo Seletivo se dará através de duas etapas distintas: Análise de Títulos (classificatória com peso 3) e Prova de Conhecimentos Práticos Específicos (classificatória e eliminatória com peso 7).

7. DA ANÁLISE DE TÍTULOS

7.1. O candidato será avaliado através dos títulos, sendo conferidos valores de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, assim distribuídos:

Nº de Ordem	Títulos	Valor Unitário	Pontuação Máxima
a)	Doutorado na área do conhecimento objeto do Processo Seletivo ou na área de Educação, ministrado por instituição de ensino superior, reconhecido pelo MEC.	60	
b)	Doutorado fora da área do conhecimento objeto do Processo Seletivo, ministrado por instituição de ensino superior, reconhecido pelo MEC.	55	
c)	Mestrado na área do conhecimento objeto do Processo Seletivo ou na área de Educação, ministrado por instituição de ensino superior, reconhecido pelo MEC.	50	
			60

d)	Mestrado fora da área do conhecimento objeto do Processo Seletivo, ministrado por instituição de ensino superior, reconhecido pelo MEC.	45	
e)	Especialização (Lato Sensu) na área do conhecimento objeto do Processo Seletivo ou na área de Educação, ministrado por instituição de ensino superior, reconhecido pelo MEC, com carga horária mínima de 360 horas.	40	
f)	Especialização (Lato Sensu) fora da área do conhecimento objeto do Processo Seletivo, ministrado por instituição de ensino superior, reconhecido pelo MEC, com carga horária mínima de 360 horas.	35	
g)	Experiência profissional docente comprovada na área do conhecimento objeto do Processo Seletivo.	4 pontos por ano	40
h)	Experiência profissional docente comprovada fora da área do conhecimento objeto do Processo Seletivo.	2 pontos por ano	

7.2. No momento de inscrição no processo seletivo de que trata o Inciso III do item 4.2, o candidato deve informar a pontuação a qual alcança, nos termos do item 7.1, observada a necessária comprovação dos títulos mediante a apresentação dos documentos conforme item 7.3.

7.3. Os títulos devem ser organizados em um único arquivo no formato pdf, seguindo rigorosamente a ordem prevista no subitem 7.1. deste Edital, o qual deve ser enviado por upload em campo apropriado no momento de inscrição no processo seletivo de que trata o Inciso III do item 4.2.

7.3.1. O candidato deve incluir no arquivo pdf de que trata o item 7.2., obrigatoriamente, a titulação exigida constante no item 1.1 deste Edital, sob pena de desclassificação no Processo Seletivo.

7.3.2. O arquivo no formato pdf deve apresentar os títulos, inclusive o citado no item 7.3.1., em frente e verso para perfeita identificação de todos os dados, não sendo aceito a apresentação de apenas uma lauda.

7.4. A autenticidade dos títulos enviados conforme item 7.2. será comprovada mediante a apresentação dos originais no ato de convocação para contratação.

7.4.1. Constatada a não comprovação da autenticidade dos títulos, o candidato será excluído da lista de aprovados, anulando-se os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no processo seletivo simplificado.

7.5. A pontuação da Análise de Títulos dar-se-á mediante o somatório dos títulos apresentados pelos candidatos, conforme os pontos atribuídos a cada título indicado no quadro do subitem 7.1 deste Edital.

7.5.1. Para os candidatos classificados nos termos do item 8.2, a pontuação informada no ato de inscrição será validada por banca examinadora.

7.5.1.1. O candidato que não comprovar a pontuação informada nos termos descritos neste Edital, terá seus títulos reanalisados, sua nota recalculada e sua posição na classificação atualizada.

7.5.2. Cada um dos títulos especificados nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f” somente serão considerados uma única vez, prevalecendo a pontuação do maior título, mesmo que o candidato seja detentor de formação múltipla.

7.6. Os diplomas, certificados e comprovantes outros de conclusão de cursos, inclusive de Mestrado e

Doutorado, somente serão válidos quando oriundos de instituições de ensino superior públicas ou privadas, reconhecidos pelo MEC (cursos e instituições), e observadas as normas que lhes regem a validade, dentre as quais, se for o caso, as pertinentes ao respectivo registro.

7.6.1. Os diplomas e os certificados conferidos por instituições estrangeiras somente serão válidos quando traduzidos para o vernáculo por tradutor público juramentado, convalidados para o território nacional e atenderem ao disposto na Resolução CNE/CES no. 1, de 28/01/2002, do Conselho Nacional de Educação.

7.6.2. Para fins de comprovação dos títulos especificados nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f”, serão aceitos somente diplomas, certificados ou comprovantes outros que declarem expressamente que o candidato concluiu o curso sem pendências.

7.7. Para comprovação da experiência profissional de que tratam as alíneas “g” e “h”, somente serão consideradas os seguintes documentos:

a) Certidão ou declaração de tempo de serviço, para quem possuir experiência como servidor público efetivo;

b) Carteira de Trabalho, com data de admissão e rescisão;

c) Contrato de Trabalho, sempre acompanhado do último comprovante de pagamento ou da rescisão do contrato de trabalho.

7.7.1. Caso o vínculo comprovado pela Carteira de Trabalho nos termos da alínea “b” não conste a data de rescisão, deverá ser apresentado o último comprovante de pagamento.

7.7.2. Os documentos que comprovem a experiência profissional de que tratam as alíneas “g” e “h”, deverão conter, explicitamente, o início e o fim do tempo de serviço profissional, para possibilitar a contagem de tempo, bem como a(s) disciplina(s) e/ou área do conhecimento ministrada(s).

7.7.2.1. Caso os documentos de que tratam o item 7.7.2. não apresentem os dados solicitados, deverá ser apresentada em concomitância uma declaração oficial da instituição, digitada em papel timbrado, constando o número ou carimbo do CNPJ da mesma, informando a área do conhecimento de atuação, para possibilitar o enquadramento dentro ou fora da área do conhecimento.

7.8. Só serão válidos os documentos comprobatórios de experiência profissional formal e que tenham relação com atividades de docência.

7.8.1. Não serão aceitas declarações ou qualquer outro tipo de documento, cujos vínculos não foram devidamente formalizados de acordo com a legislação pertinente e comprovados através dos documentos estabelecidos nas alíneas “a”, “b” e “c”, do item 7.7.

7.9. Não serão aceitas atividades de “Monitoria”, “Bolsas”, “Estágio” ou “Estágio Docência”, para efeito de pontuação.

7.10. A divulgação do resultado preliminar da Análise de Títulos ocorrerá na data provável de 09/05/2024, a partir das 17h00min, no endereço <https://portal.ifpe.edu.br/palmares/>.

7.11. Será facultado ao candidato apresentar um único recurso quanto à Análise de Títulos, devidamente fundamentado.

7.11.1. O recurso deverá ser interposto até as 17h00min do dia subsequente ao da divulgação do resultado da Análise de Títulos, através de formulário disponibilizado no endereço <https://portal.ifpe.edu.br/palmares/>.

7.12. O resultado dos recursos será divulgado juntamente com o resultado final da Análise de Títulos, na data provável de 13/05/2024, a partir das 17h00min, no endereço <https://portal.ifpe.edu.br/palmares/>

8. DA PROVA DE CONHECIMENTOS PRÁTICOS ESPECÍFICOS

8.1. O Calendário da Prova de Conhecimentos Práticos Específicos, juntamente com o local de realização da prova será divulgado com o resultado final da Análise de Títulos.

8.2. Prestarão Prova de Conhecimentos Práticos Específicos os candidatos classificados na Análise de Títulos de cada área do conhecimento, até 10 (dez) vezes o número de vagas estabelecido no item 1.1 deste Edital.

8.3. Em caso de haver empate na pontuação da Análise de Títulos, todos os candidatos empatados serão convocados para a Prova de Conhecimentos Práticos Específicos.

8.4. A Prova de Conhecimentos Práticos Específicos consistirá em uma aula de 45 (quarenta e cinco) minutos, teórica e/ou prática, em nível de Ensino Tecnológico, ministrada perante Banca Examinadora, formada por 2 (dois) docentes pertencentes à área do conhecimento e 1 (um) pedagogo.

8.5. Os membros que comporão a banca examinadora serão divulgados com o resultado final da Análise de Títulos.

8.6. A Prova de Conhecimentos Práticos Específicos será realizada presencialmente em um dos Campi do IFPE e gravada para efeito de registro e avaliação.

8.6.1. Só será autorizada a entrada do candidato na sala da prova no dia e horário pré-estabelecido no calendário.

8.6.2. O IFPE não se responsabilizará por quaisquer imprevistos, impossibilidade ou danos por parte do candidato que acarretem dificuldades para a realização da Prova de Conhecimentos Práticos Específicos.

8.6.3. O candidato, ao se inscrever neste Processo Seletivo, autoriza, desde já, a gravação de sua imagem e áudio para fins de registro da Prova de Conhecimentos Práticos Específicos.

8.7. O tema de cada aula será divulgado juntamente com o resultado final da Análise de Títulos.

8.8. Será eliminado do processo seletivo aquele candidato que faltar a Prova de Conhecimentos Práticos Específicos no dia e horário pré-estabelecido.

8.9. Antes do início da Prova de Conhecimentos Práticos Específicos, a Banca Examinadora solicitará a apresentação de documento oficial de identidade com foto para identificação do candidato.

8.10. Antes do início da Prova de Conhecimentos Práticos Específicos, o candidato deverá entregar à Banca Examinadora o plano de aula impresso.

8.10.1. Não será aceito a entrega do plano de aula após o início da Prova de Conhecimentos Práticos Específicos.

8.11. A avaliação da Prova de Conhecimentos Práticos Específicos, cuja pontuação será de 100 (cem) pontos, será feita pelos membros da Banca Examinadora e consistirá da análise dos seguintes itens, com as respectivas pontuações:

ITEM ANALISADO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Plano de Aula (Elementos constitutivos: competências, conteúdo, situação didática, recursos didáticos, prática avaliativa, bibliografia).	05 pontos
Domínio do Conteúdo.	15 pontos
Clareza e Objetividade na Abordagem.	15 pontos
Adequação da Situação Didática ao Conteúdo.	15 pontos

Adequação Técnica e Pedagógica dos Recursos Didáticos Utilizados.	10 pontos
Articulação Teoria e Prática.	10 pontos
Capacidade de Interação com a Turma.	05 pontos
Utilização Adequada do Tempo.	05 pontos
Adequação da Abordagem do Conteúdo ao Nível da Turma.	10 pontos
Prática Avaliativa.	10 pontos
TOTAL	100 pontos

8.12. A nota da Prova de Conhecimentos Práticos Específicos será calculada através da média aritmética obtida a partir das notas individuais atribuídas pelos avaliadores.

8.13. Será considerado ELIMINADO na Prova de Conhecimentos Práticos Específicos, o candidato que obtiver uma pontuação menor que 60 (sessenta) pontos.

8.14. O IFPE não fornecerá ao candidato qualquer material didático para a Prova de Conhecimentos Práticos Específicos.

8.14.1. Será permitido ao candidato utilizar os materiais e/ou equipamentos que julgar necessário para a realização da sua prova.

8.15. O IFPE não se responsabilizará por quaisquer imprevistos ou danos causados aos materiais e/ou equipamentos utilizados pelo candidato para a realização de sua prova e que possam inviabilizar a utilização destes.

8.16. O resultado preliminar da Prova de Conhecimentos Práticos Específicos será divulgado na data provável de 20/05/2024, a partir das 17h00min, no endereço <https://portal.ifpe.edu.br/palmares/>.

8.17. Será facultado ao candidato apresentar um único recurso quanto à Prova de Conhecimentos Práticos Específicos, devidamente fundamentado.

8.17.1. O recurso deverá ser interposto até as 17h00min do dia subsequente ao da divulgação do resultado da Prova de Conhecimentos Práticos Específicos, através de formulário disponibilizado no endereço <https://portal.ifpe.edu.br/palmares/>.

8.18. A divulgação do resultado da análise dos recursos ocorrerá na data provável de 22/05/2024, a partir das 17h00min, no endereço <https://portal.ifpe.edu.br/palmares/>.

8.19. Não havendo candidatos classificados, quando da realização da Prova de Conhecimentos Práticos Específicos, e, restando candidatos classificados na Análise de Títulos, ao IFPE outorga-se o direito de convocar tais candidatos a realizarem a Prova de Conhecimentos Práticos Específicos, observando-se rigorosamente a ordem de classificação e o quantitativo estabelecido nos subitens 8.2 e 8.3 deste Edital.

8.20. O resultado final do Processo Seletivo será divulgado na data provável de 24/05/2024, a partir das 17h00min, no endereço <https://portal.ifpe.edu.br/palmares/>.

9. DA CLASSIFICAÇÃO

9.1. A classificação do candidato far-se-á em ordem decrescente da pontuação final.

9.2. A pontuação final dos candidatos habilitados será obtida através da média ponderada da Análise de Títulos (peso 3) e da Prova de Conhecimentos Práticos Específicos (peso 7), de acordo com a seguinte

fórmula:

$$NF = (AT.3 + NPCPE.7)/10$$

9.2.1. Para fins de aplicação da fórmula:

- a) NF é Nota Final;
- b) AT é Análise de Títulos; e
- c) NPCPE é Nota da Prova de Conhecimentos Práticos Específicos.

9.3. Para efeito de classificação, a pontuação final será a obtida conforme o subitem 9.2 deste Edital, calculada até a casa dos centésimos.

9.4. Em caso de igualdade no total de pontos, terá preferência, para efeito de classificação, o candidato com:

- a) maior número de pontos na Prova de Conhecimentos Práticos Específicos;
- b) maior tempo de atividade docente na área do conhecimento objeto do Processo Seletivo;
- c) maior número de pontos na Análise de Títulos;
- d) maior idade.

9.4.1. Havendo candidatos que se enquadrem na condição de idoso, nos termos da Lei nº 10.741/2003, e em caso de igualdade no total de pontos, o primeiro critério de desempate será a idade, dando-se preferência ao candidato de idade mais elevada, ficando os demais critérios sob a ordem estabelecida no subitem 9.4 deste Edital.

10. DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. O resultado final, com a classificação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo, será homologado pelo Reitor do IFPE e publicado, através de Edital, no Diário Oficial da União.

11. DA VALIDADE

11.1. O Processo Seletivo terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data em que for publicada a homologação do resultado final no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período.

12. DA CONTRATAÇÃO DO CANDIDATO CLASSIFICADO

12.1 O candidato habilitado será convocado para contratação, rigorosamente de acordo com a classificação obtida, por um período máximo de até 12 (doze) meses, podendo ocorrer prorrogações subsequentes ao tempo de duração inicial.

12.1.1. O período total de contratação do servidor não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) meses, conforme Lei nº 8.745/1993.

12.2. A classificação do candidato não assegurará o direito à sua contratação automática no cargo para o qual se habilitou, mas, apenas, a expectativa de ser contratado.

12.3. Havendo desistência de algum candidato convocado para contratação, poderá ser substituído pelo próximo candidato mais bem colocado.

12.4. Por necessidade do ensino e de acordo com a especialidade do candidato, este poderá ser remanejado para lecionar disciplina diversa daquela para a qual prestou concurso, desde que da mesma área do conhecimento.

12.5. No interesse da Administração e com a anuência do candidato habilitado, este poderá ser

contratado para lotação em um *Campus* do IFPE de outra região diferente daquele para o qual fez a inscrição e com uma carga horária diversa daquela estabelecida no Edital, podendo ser 20 ou 40 horas.

12.5.1. Caso o candidato habilitado não aceite a contratação para um *Campus* do IFPE de outra região, permanecerá na colocação obtida na lista de classificação, e o IFPE poderá consultar o candidato seguinte, na rigorosa ordem de classificação.

12.6. O candidato classificado será convocado para contratação via edital, a ser publicado no Diário Oficial da União, e deverá declarar à unidade de Gestão de Pessoas do local de lotação, por escrito, no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar da data da publicação, se aceita ou não a contratação.

12.6.1. O seu não pronunciamento nesse prazo caracteriza-se desistência, permitindo ao IFPE convocar o candidato seguinte, na rigorosa ordem de classificação.

12.7. É facultado ao candidato, durante o prazo previsto no item 12.6, solicitar ser posicionado no fim da lista de candidatos classificados.

12.7.1. A solicitação de inclusão no fim da lista de candidatos classificados permite ao IFPE convocar o candidato seguinte, na rigorosa ordem de classificação.

12.7.2. A faculdade de que trata o item 12.7 só será concedida uma única vez.

12.8. Para fins de possível convocação, o candidato habilitado será responsável pela correção e atualização de endereço e telefones, durante a vigência do Processo Seletivo Simplificado.

12.8.1. O candidato deve solicitar a correção e atualização de endereço e telefones através do e-mail cgpe@palmares.ifpe.edu.br.

12.9. Assinando declaração de que aceita o cargo, o candidato terá dez dias úteis para apresentar a documentação necessária à contratação.

12.9.1. Inclui-se neste prazo o tempo para realização dos exames admissionais e realização da perícia.

12.9.2. O IFPE não arcará com despesas que porventura o candidato aprovado virá a ter com realização dos exames admissionais.

12.10. A contratação dar-se-á pela assinatura do respectivo contrato.

12.10.1. O candidato será contratado como Professor Substituto, por prazo certo e determinado.

12.11. O candidato contratado que não assumir imediatamente, terá o contrato anulado e será automaticamente substituído pelo candidato seguinte, na rigorosa ordem de classificação.

12.12. O candidato contratado não poderá pleitear qualquer vantagem pecuniária por não residir na localidade onde ocupará a vaga.

12.13. O candidato contratado cumprirá horários e atividades estabelecidas pelo IFPE.

12.14. Não deverá ser contratado o candidato que for servidor da Administração Pública Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas, salvo nos casos previstos no inciso XVI, letras "a", "b" e "c" do artigo 37 da Constituição Federal e com a comprovação formal de compatibilidade de horário.

12.15. Não poderá ser contratado o candidato que, tendo sido Professor Substituto, Temporário ou Visitante nesta ou em outra instituição federal de ensino, não tenha completado 24 (vinte e quatro) meses de interstício desde o final de seu último contrato, ou que esteja com contrato em vigor, de acordo com o artigo 9º, Item III, da Lei 8.745/93.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O IFPE poderá realizar diligências a fim de esclarecer dúvidas porventura existentes nos documentos apresentados, contudo, estas diligências não poderão complementar informações omissas

no ato de envio dos títulos.

13.2. A inexatidão das afirmativas ou a falsidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente à realização do Processo Seletivo Simplificado, implicará na eliminação sumária do candidato, ressalvado o direito de ampla defesa, sendo declarados nulos, de pleno direito, a inscrição e todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de eventuais sanções de caráter judicial.

13.3. Será eliminado do Processo Seletivo Simplificado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que:

I - burlar ou tentar burlar quaisquer das normas definidas neste Edital;

II - dispensar tratamento inadequado, incorreto ou descortês a qualquer pessoa envolvida no Processo Seletivo Simplificado, bem como perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos relativos ao referido processo;

III - tiver cometido falsidade ideológica com prova documental.

13.4. Serão incorporados ao presente Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais e normas complementares que vierem a ser publicados pelo IFPE com vistas ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital.

13.5. A inscrição neste Processo Seletivo Simplificado implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

13.6. Eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas para o e-mail pss2024@palmares.ifpe.edu.br.

13.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo.

14. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

14.1. As atividades relativas a este Processo Seletivo Simplificado observarão os prazos descritos no quadro:

Nº	ATIVIDADE	PRAZO	LOCAL
1	Publicação do Edital	12/04/2024	DOU e site do IFPE
2	Período de solicitação de Impugnação ao Edital	15 e 16/04/2024	e-mail: pss2024@palmares.ifpe.edu.br
3	Divulgação das análises de Impugnação ao Edital	17/04/2024	site do IFPE
4	Período de Inscrição	22/04/2024 a 02/05/2024	e-mail: pss2024@palmares.ifpe.edu.br
5	Solicitação de isenção do pagamento da inscrição	22/04 a 24/04/2024	e-mail: pss2024@palmares.ifpe.edu.br
6	Divulgação da lista preliminar de isenções do pagamento da inscrição	26/04/2024	site do IFPE
7	Recurso sobre a lista preliminar de isenções do pagamento da inscrição	27/04/2024	e-mail: pss2024@palmares.ifpe.edu.br

8	Divulgação das análises de recursos sobre a lista preliminar de isenções e homologação dos candidatos isentos	29/04/2024	site do IFPE
9	Último dia para pagamento da GRU de inscrição	03/05/2024	Banco do Brasil
10	Homologação das Inscrições	07/05/2024	site do IFPE
11	Análise de Títulos e Divulgação do Resultado Preliminar	até 09/05/2024	site do IFPE
12	Recurso sobre a lista preliminar da Análise de Títulos	10/05/2024	e-mail: pss2024@ palmares.ifpe.edu.br
12	Divulgação das análises de recursos sobre a lista preliminar da Análise de Títulos.	13/05/2024	site do IFPE
13	Lista de membros da Banca Examinadora, Tema da Aula, Data e Local da Prova de Conhecimentos Práticos Específicos.	13/05/2024	site do IFPE
14	Realização das provas práticas	15 a 17/05/2024	IFPE <i>Campus</i> Palmares
15	Divulgação do resultado preliminar da Prova de Conhecimentos Práticos Específicos.	20/05/2024	site do IFPE
16	Recurso sobre a lista preliminar da Prova de Conhecimentos Práticos Específicos.	21/05/2024	e-mail: pss2024@ palmares.ifpe.edu.br
17	Divulgação das análises de recursos sobre a lista preliminar da Prova de Conhecimentos Práticos Específicos	22/05/2024	site do IFPE
18	Divulgação e homologação do resultado final.	até 24/05/2024	site do IFPE

*site da <https://portal.ifpe.edu.br/palmares/>

14.2. Este cronograma poderá sofrer alterações, as quais serão divulgadas no site do IFPE.

(assinado eletronicamente)

DIOGO LOPES DA SILVA



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Lopes da Silva**, **Diretor(a)-Geral**, em 10/04/2024, às 16:40, conforme art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1178432** e o código CRC **5A73DE54**.